

UMA REFLEXÃO PERTINENTE SOBRE A TEORIA CRÍTICA DO CURRÍCULO

Luciane Rocha Paes; Alcioni da Silva Monteiro; Neila Gonçalves Vinente; Janilda Aragão Almeira; Eulina Maria Leite Nogueira.

Universidade Federal do Amazonas—lucianerochapaes23@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas- alcionimonteiro@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas – neilavinente@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas- ge_aragao4@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas-eulinanog@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo central promover uma reflexão sobre os fundamentos norteadores das teorias tradicionais e críticas do currículo, como o intuito de relacionar a teoria de Michael Apple sobre o currículo como modelador social e o princípio Marxista sobre a teoria de lutas de classes. Perpassando pelas principais teóricas Marxistas que fundamentam o pensamento de Michael Apple que são Louis Althusser e Antônio Gramsci, os pensadores progressistas mencionados nesse artigo articulam ideias próximas sobre a opressão dos capitalistas diante dos trabalhadores usando a ideologia e a política para modelar através do currículo condicionar a neutralidade os trabalhadores. A escola como instituição normalizadora acaba sendo o espaço principal da apropriação de uma ou outra característica na construção social do sujeito e o currículo neutro ou crítico são resultados de ideias políticas assim como a cultura promovida por eles. Contudo, podemos dizer que é necessária uma apropriação política no sentido de repensar a luta de classes, numa hegemonia dominante e a construção de um pensamento emancipatório para uma promoção de mudança essencial na reelaboração do currículo tradicional neutra para o crítico só assim os trabalhadores terão condições efetivas na construção de uma aprendizagem crítica reflexiva que é o objeto principal da teoria crítica do currículo de Michael Apple.

Palavras-chave: Antônio Gramsci, Currículo, Louis Althusser, Michael Apple.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir teoricamente a partir de pesquisa bibliográfica as funções sociais do currículo, da política, da cultura e da ideologia correlacionadas com a formação do sujeito através da especificação dos conteúdos curriculares, fazendo uma reflexão crítica entre os novos e os velhos paradigmas sobre o currículo escolar, desmistificando a neutralidade do currículo construiremos uma correlação entre os pensamentos dos principais teóricos que desenvolveram a teoria crítica do currículo como Apple, Althusser, Gramsci.

Michael Apple (2006) é um dos principais teóricos que falam sobre a Teoria Crítica do Currículo, tem uma percepção histórico-crítica da formação dos sujeitos que vivem na sociedade, faz uma crítica a escola reprodutivista, a escola neutra, fundamentado no marxismo onde prossegue com o principal eixo da teoria social de Marx que se fundamenta na luta de classes, na hegemonia e na exploração por meio do trabalho.

Contudo,

A educação é um espaço de conflitos e de compromissos. Torna-se também palco para grandes batalhas sobre o que as nossas instituições devem fazer, a quem devem servir, e sobre quem deve tomar essas decisões. E, mesmo assim, é por si própria uma das maiores arenas nas quais os recursos, o poder e a ideologia se desenvolvem, relacionando-se com as políticas, o financiamento, o currículo, a pedagogia e a avaliação. Deste modo, a educação é simultaneamente causa e efeito, ou seja, determinada e determinante. Desta forma, não há esperança de que uma análise isolada consiga interpretar completamente toda esta complexidade. (Apple,2002, p.56)

Ao longo dos últimos anos o currículo escolar deixou de ser uma área especificamente técnica ou neutra no sentido político reflexivo, o currículo vem se estabelecendo para além do conhecimento organizado, está presente nas instituições de ensino de maneira prática pelo qual ocorrem os processos de aprendizagem nas disciplinas e conteúdos abordados.

Portanto,

A concepção de “currículo como fato” é enganadora de inúmeras maneiras. Apresenta o currículo como algo que tem vida própria e obscurece os contextos sociais em que se insere; ao mesmo tempo, apresenta o currículo como dado – nem inteligível nem modificável. Em sua tentativa de trazer de volta os professores e os alunos ao currículo, nega sua realidade externa e dá ênfase excessiva a intenções e ações subjetivas de professores e alunos, como se eles estivessem sempre agindo sobre um currículo que é em parte externo a eles e procedente deles (YOUNG, 2000, p. 43).

Entretanto o currículo não é algo neutro, ele é profundo, racionalmente pensado especificamente para quais tipos de pessoas que irão perpassar pelo currículo, está intrínseco nas políticas culturais de formação humana e social levando em consideração que o currículo é o caminho a seguir dentro no processo de aprendizagens dentro e fora do espaço escolar.

Análise e discussão sobre os caminhos da Teoria Crítica do Currículo

Neste tópico iremos fazer uma análise discussões teórica de cunho bibliográfico acerca da construção do currículo, o currículo como ferramenta educacional não se concebe na visão da neutralidade, pois a formação de disciplinas e conteúdos é um ato político, contudo forma e constrói a base de uma educação que visa à transformação e não a reprodução social, se faz necessário entender que o currículo não é somente uma técnica e sim uma ponte que leva o homem a construir uma nova visão sobre o meio social, reflexivo e crítico visando o desenvolvimento social.

Dessa maneira,

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores (BRASIL, 2007, p.13).

A Formação do sujeito perpassa pela formação da identidade, dos valores, dos conteúdos e dos eixos temáticos, quando o currículo não subsidia a verdadeira necessidade de construção do pensamento social esse currículo acaba sendo neutro e ineficaz. O currículo ideal, real e oculto fica evidente no pensamento de Michael Apple visto que as relações de poder e as desigualdades de fato permeiam a práxis do currículo que leva o sujeito ao ato de pensar a sociedade, ele pensa o currículo dentro de uma visão reflexiva, por isso as relações de poder e ideologias estão estreitamente próximas e se ligam dialeticamente.

No entanto,

Na análise de Apple a preocupação não é com a validade epistemológica do conhecimento corporificado no currículo. A questão não saber qual o conhecimento é verdadeiro, mas qual o conhecimento é considerado verdadeiro. A preocupação é com as formas pelas quais certos conhecimentos são considerados como legítimos em detrimento de outros, visto como ilegítimos. Nos modelos tradicionais, o conhecimento existente é tomado como dado, como inesquecível. Se existe algum questionamento, ele não vai além de critérios epistemológicos estreitos de verdades e falsidades. Como consequência, os métodos técnicos de currículo limitam-se à questão do “como” organizar o currículo. Na perspectiva política postulada por Apple a questão importante é, ao invés disso, a questão do “por quê” (SILVA, 2005, p. 46).

É evidente que o currículo dentro de uma escola burguesa e o currículo de uma escola proletária é diferenciado, pois as reflexões políticas e ideológicas subjazem essas indagações, o mais correto seria se os currículos em si fossem iguais que não houvesse uma diferença construída a partir de uma luta de classes, por isso a crítica do currículo tradicional, a luta contra uma hegemonia dominante acontece bruscamente na construção de um currículo emancipatório.

Essa luta acontece quando a formação crítica perpassa as barreiras da escola e esse sujeito formado criticamente vão interferir buscando seus direitos perante a sociedade, lutando das diversas maneiras que puder para diminuir as desigualdades promovidas pelo capitalismo dentro das lutas de classes numa visão contra hegemônica. Nesse sentido, na perspectiva de Michael Apple (2006) a educação tem que ser baseada no currículo crítico e não baseada no currículo tradicionalista neutro.

Refletindo sobre os conflitos de paradigmas: A inversão de fundamentos entre a teoria Tradicional e a teoria Crítica

Os paradigmas são formas e modelos de pensar normativamente e com o passar do tempo o homem vai evoluindo e refletindo sobre seus próprios paradigmas. Assim também acontece com as teorias tradicionais e críticas que tem características totalmente antagônicas, cada uma das teorias direcionadas para qual tipo de sujeito social que quer formar.

As teorias tradicionais fazem o currículo para condicioná-la de forma neutra o sujeito, modelando o sujeito para ser o cumpridor técnico, na prática a educação dentro dessa perspectiva é totalmente bancária, o aluno é modelado para apenas receber informações e cumprir tarefas, sem poder questionar nada, entretanto as teorias críticas fundamentam-se numa perspectiva totalmente diferenciada, postulando a política para a promoção de um modelo que envolve uma educação politizada, buscando formar o sujeito para uma visão reflexiva da sociedade.

Neste contexto,

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação ao seu projeto. Demanda que o educar assuma politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-político em que me envolvo se não sei, se não estou claro em fase de a favor de quem prática. O a favor de quem pratico me situa no certo ângulo, que é de classe, em que diviso o contra quem pratico e, necessariamente, o por que pratico, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de praticar. (FREIRE, 2001, p. 25).

A teoria curricular tradicional não fomenta nenhum tipo de reflexão social e política ele tem por objetivo a repetição que se encaixe em um papel social determinado, essa Teoria se correlaciona com a Pedagogia Tradicional, tem por sua característica principal a sua neutralidade, é baseada no modelo Fordista e Tylorista onde visa formar o sujeito para cumprir suas tarefas.

A escola dentro da perspectiva tradicional se assemelha a uma fábrica e os alunos como matérias primas, gerando uma cadeia de reprodução e por consequência a alienação, os sujeitos são educados para o trabalho e apenas aprendem sobre as técnicas, construídos ideologicamente para a produção, cumpridores de tarefas, sujeitos manipulados pela ignorância no sentido de não saber pensar criticamente sobre o meio social numa perspectiva reflexiva, contudo nessa teoria o aluno não se enxergará como um ser socialmente inserido, o sujeito não será capaz de mudar sua própria realidade, gerando um conformismo social.

Com isso,

Não haveria exercício ético-democrático, nem se quer se poderia falar em respeito do educador ao pensamento diferente do educando se a educação fosse neutra – vale dizer, se não houvesse ideologias, política, classes sociais. Falaríamos apenas de equívocos, de erros, de inadequações “obstáculos epistemológicos” no processo de conhecimento que envolve ensinar e aprender. A dimensão se restringiria apenas à competência do educador ou da educadora, á a sua formação ao cumprimentos de

seus deveres docentes, que se estenderia ao respeito á pessoa humana dos educandos(FREIRE, 2001, p.21).

A teoria Crítica do Currículo tem em sua base as relações ideológicas, políticas e culturais como o objetivo de parti-la dessas primícias construir um currículo que promova o desenvolvimento do sujeito crítico, essa teoria vem contestar a neutralidade ideológica da formação social o sujeito não é apenas formado para o trabalho, ele é formado para viver em sociedade numa sociedade baseada no modo capitalistas onde as relações de poder e as lutas de classes estão partes evidentes que influenciam a sociedade.

Dessa maneira,

Os currículos são expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado por isso, querer reduzir os problemas relevantes do ensino a problemática técnica de instrumentar o currículo supõe uma redução que desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. O currículo em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada drama cultural, política, social e escolar ; está carregado, portanto, de valores e pressuspostos que é preciso decifrar. Tarefa a cumprir tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. A assepsia científica não cabe neste tema pois no mundo educativo o projeto cultural e de socialização que a escola tem para seus alunos não é neutra. De alguma forma, o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos. Isso explica o interessa da sociologia moderna e os estudos sobre a educação por um tema que é o campo de operações de diferentes forças sociais, grupos profissionais, filosofias, perspectivas pretensamente científicos,etc[...] A escola em geral, como determinado nível educativo ou tipo de instituição, sobre qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza precisamente no currículo que transmite precisamente. Sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo (SACRISTAN,2000 ,p.17).

O conhecimento técnico puramente explícito no currículo tradicional apenas feito para o trabalho contrapõe toda a ideia de formação integral do homem, a visão critica do currículo está para além do espaço escolar insere a propositura das relações de poder, da hegemonia e da ideologia para a formação do sujeito, o currículo questiona aponta e promove disposições legítimas acerca dos modelos de ensino dentro de parâmetros estabelecido.

Contudo, podemos observar que a neutralidade e desequilíbrio social são os principais fatores que diferenciam as diferentes visões sobre a formação humana na dimensão social, isso torna concreto o cunho político que é usado na fundamentação dessas visões antagônicas que norteiam a formação humana.

Althusser, Gramsci e os marcos Fundamentais da teoria Crítica do Currículo.

O Sistema capitalista toma proporções gigantescas desde sua criação no Sec. XIX até a contemporaneidade e o estado Moderno, a ponto de se criar um modelo de estado que se correlaciona diretamente com esse sistema, formando assim o neoliberalismo que é uma ideologia política formada pela junção do estado com o sistema econômico capitalista, o desenvolvimento econômico privilegiando o sistema financeiro e a concentração da renda.

Althusser formula uma análise do materialismo histórico da formulação do capitalismo e do sistema de classes para entender o pensamento de Marx, que é sobre o estado e as concentrações da riqueza as intuições e o sistema de dominação e uma das conclusões sobre a luta de classes é que a Escola faz parte do aparelho ideológico do Estado, pois ele vê claramente que existe uma distância gigantesca entre a escola que é oferecida para classe trabalhadora e a escola oferecida para os capitalistas.

A escola normatiza institucionalmente o pensamento condicionado que o burguês quer para o proletário, na visão de Althusser é por meio do Currículo Tradicional Neutro que essa prática modeladora se faz. A escola apenas forma o trabalhador, a educação bancária privilegia os ricos que por meio dela dominam a sociedade. A ideologia hegemônica promove a segregação das pessoas pelo desenvolvimento intelectual condicionado. Assim um trabalhador operário jamais se tornará um capitalista, não poderá se quer interferir criticamente na sociedade, jamais irá fazer valer quaisquer direitos mesmo que se tenha.

Antônio Gramsci fez grandes reflexões acerca do que organiza conceitualmente sobre o que denomina ideologia. Gramsci é um teórico Marxista que viveu no séc. XX na Itália onde foi fundador do partido Comunista Italiano, foi jornalista e político e um intenso estudioso da teoria social de Marx (JAPIASSU ;MARCONDES,2008), a partir dos seus estudos e da sua atuação política Gramsci desenvolveu alguns conceitos importantes dentro da perspectiva marxista já elaborada sobre a ideologia, dessa forma Gramsci vai construir formulações mais abrangentes sobre ideologias e sobre hegemonias produzidas dentro da sociedade capitalista.

Para Gramsci, a hegemonia significa, em parte, que uma classe ou uma aliança de classes, conseguiu transcender os seus próprios interesses corporativos estritos e incorporou pelo menos alguns dos interesses das classes subalternas. De tal forma que parece representar os interesses da sociedade como um todo. Isto marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da superestrutura. Segundo Gramsci, as classes podem ser os atores principais da história humana, mas para agirem de modo consciente elas precisam de Partidos. O Partido é o termo-chave para Gramsci. Ele usa tanto para referência de organizações formais como as não formais porque numa sociedade ninguém é desorganizado (ANGELI, 2011, p.131).

Gramsci traz um novo traço dentro do sistema capitalista que a hegemonia cultural, também direciona seu trabalho para manifestar-se como se desenvolve na sociedade o intelectual orgânico e o mecânico ou técnico. Nesta lógica para Gramsci, a hegemonia emerge

como fator decorrente da propagação das ideologias, sendo o resultado determinante de uma posição dos fenômenos concretos dentro da sociedade capitalista. Portanto a ideologia é o motor propulsor de materialização da hegemonia. A ideologia como forma de manutenção do *status quo* e condicionadora de uma classe sobre a outra, toma uma dimensão mais profunda, pois em Gramsci, ela se transforma em dominação cultural, simbólica e não só econômica, que tem como objetivo manter as relações de poder em favor da classe dominante.

Com isso,

Nesta concepção, a hegemonia é o exercício do poder por meio do equilíbrio entre a dominação e a coerção, considerando também o equilíbrio entre direção e consenso. Assim, Gramsci dá importância à sociedade civil (escola, igreja, universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, entre outros) para a construção de uma consciência crítica, levando a classe trabalhadora a formar um senso ativo a partir de um amplo debate. Gramsci defende a moral de compromissos e não a de princípios (FORTUNATO, 2009, p. 9470).

A luta contra por uma nova supremacia é também uma luta por uma nova forma de pensar a sociedade. Gramsci pensa uma transformação social por meio da cultura, defende em sua ideia que a escola seja Unitária e de qualidade e não dualista como currículos diferentes para ricos e pobres. Uma escola capaz de formar o homem pensar-se social para independentemente da sua classe governar. Gramsci em sua obra constrói uma complexa dimensão sobre a sociedade baseada no pensamento de Marx.

A ideologia, em Gramsci, é o meio de ligação orgânica entre a teoria e a prática, entre o universal e o particular, possuindo dois sentidos: um mais amplo, como concepção do mundo que se manifesta na arte, no Direito, na atividade econômica e em todas as manifestações humanas individuais e coletivas, e outra, mais restrita, como força material e moral, que investe todas as ações dos agentes sociais (SANTOS, s/d, p. 64). Em Gramsci, a ideologia está pois longe de poder ser reduzida a uma visão distorcida já que ela integra os recursos simbólicos que são utilizados pelas diferentes classes na luta pela obtenção da hegemonia. Gramsci introduziu o conceito de hegemonia definindo a sociedade civil como arena de luta política e de luta simbólica. O conceito de hegemonia define a natureza complexa da ligação entre o povo e os grupos liderantes da sociedade, ligação esta que não é apenas política no sentido estrito do termo Este conceito traduz, na teoria gramsciana, os efeitos políticos que decorrem do funcionamento da ideologia, isto é, o impacto que esta exerce sobre a sociedade ao nível da integração dos vários grupos numa dada ordem social (SANTOS, s/d, p. 107). A ideia de cotidianeidade, que envolve a noção de hegemonia, confere-lhe uma presença real, uma efetividade que ultrapassa a noção eventualmente mais débil de ideologia, especialmente quando considerada do ponto de vista da relação determinista entre base e super-estrutura (CORREIA, 2008, p.250-251).

Gramsci em seus escritos pondera o espaço escolar e a educação como principal caminho no processo emancipação da classe trabalhadora e por isso concebe a escola como um espaço para formação para a vida social e política, logo, dessa maneira a escola é essencial para efetivação de uma educação humana que considere a disciplina no agir, onde o indivíduo compreende na medida em que faz escolhas.

E essas escolhas o transformam e transformam outras coisas, pensa a vida e o processo educacional de forma dialética e não condenadora e medíocre, a educação na perspectiva de Gramsci deve ser construída a partir de práxis que possibilitem a emancipação e que o desenvolvimento de todas as pessoas independentemente da sua classe social seja ampla e crítica. Visto que, é só formando o sujeito subalterno reflexivamente a classe operária haverá de fato fará uma revolução onde o *status quo* seja modificado, onde a classe burguesa não seja mais a dona da ideologia dominante e nem a classe operária seja condicionada a este fenômeno.

Considerações finais

As pertinentes reflexões neste artigo evidenciam as características principais que formam as teorias tradicionais e críticas do currículo. São os tipo de currículos que temos na escola proletária. A neutralidade do currículo tradicional que tem como objetivo formar pessoas tecnicamente essencialmente para o mercado de trabalho a educação acontece numa dimensão bancária reprodutora como um pensamento ideológico condicional para a manutenção de uma hegemonia dominante a educação quanto mantenedora de um sistema econômico.

A teoria tradicional do Currículo dimensiona o próprio currículo apenas como técnica para a reprodução de uma verdade absoluta e neutral, o sujeito se torna objeto se um sistema altamente opressor para com os trabalhadores. A escola acaba sendo o espaço que aliena o sujeito não fazendo a relação da aprendizagem disciplinar com a sociedade, a relação necessária para a formação integral do sujeito é ineficaz pois esse não é o objeto do currículo tradicional. O trabalhador oprimido não consegue refletir sobre sua opressão, não consegue ver as relações de poder que entrelaçam essa opressão, é modelado para ser neutro.

Entretanto a teoria Crítica do Currículo tem uma perspectiva totalmente diferente sobre a formação do sujeito dentro do espaço escolar a teórica crítica do currículo faz uma verdadeira inversão em seus fundamentos em relação à tradicional, a teoria crítica é pautada na justiça social, uma educação pensada para a emancipação e para uma construção política ideológica que possibilite o homem ao seu devir, pensar e agir socialmente com sujeito realmente ativo socialmente.

A justiça curricular é o resultado da análise do currículo que é elaborado colocando em ação, avaliado e investigado levando em consideração o grau em que tudo aquilo que é decidido é feito em sala de aula respeita e atende às necessidades e urgências de todos os graus sociais; lhe ajuda a ver, analisar, compreender e julgar a si próprios como pessoas éticas, solidárias, colaborativas e corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítica mais amplo destinado a construir um mundo mais humano, justo e democrático. Comprometer-se como uma educação crítica e libertadora

obriga a investigar em que medida os objetivos, os conteúdos, os materiais curriculares, as metodológicas didáticas e os modelos de organização escolar respeitam as necessidades dos distintos grupos sociais que vivem em cada sociedade. Exige questionar se as interações pessoais nas salas de aula e na escola. Assim como os modelos participação estão condicionados por preconceitos e falsas expectativas; se as estratégias de avaliação servem para diagnósticas o quanto antes os problemas e nos manter alertas perante as dificuldades que cada estudante tem, mas em especial nos deixar cientes das dificuldades daqueles que permanecem a grupos sociais em situações de risco, ou as minorias que sofrem todo tipo de discriminação[...] Refere-se à justiça curricular implica considerar a necessidades para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida. Esta meta, é lógico, preocupa os professores comprometidos com a atribuição de poderes aos grupos sociais mais desfavorecidos e, portanto, com a construção de um mundo melhor e mais justo(SANTOMÉ,2013,p. 10).

A teoria crítica do currículo é baseada na formulação do pensar contra hegemonia, o currículo crítico visa levar o sujeito a refletir para além das disciplinas, refletir sobre a política sobre a cultura que permeiam essas disciplinas, uma educação que leva para a autonomia para a emancipação. A educação formando o sujeito para viver além das amarras das classes sociais, a construção do sujeito para lutar pelos seus próprios direitos. São os tipos de currículos que temos na escola proletária. Indiscutivelmente essas teorias curriculares fazem relação com o sistema Capitalista e o que nele impera que é a luta de classes, as discussões formulas pelas teorias modelam o sujeito para viver nesse sistema, porém cada uma delas em uma perspectiva totalmente diferente.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ANGELI, José Mário. Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 122, p. 123-132, 2011.

APPLE, Michael W. **“ENDIREITAR” A EDUCAÇÃO: As escolas e a nova aliança conservadora**. *Currículo sem Fronteiras*, v.2, n.1, pp.55-78, Jan/Jun 2002. Disponível em www.curriculosemfronteiras.org

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, M. W. **Reestruturação Educativa e Curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple**. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, p. 5-33, 2001.

BRASIL. Secretaria De Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais /Secretaria De Educação Fundamental** – Brasília: Mec. /Sef,1997.

CORREIA, João Carlos. Ideologia e hegemonia. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 223-258, 2004.

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Escola, educação e trabalho na concepção de Antonio Gramsci. In: **IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicologia**. PUCPR. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Da Autonomia**. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª Edição. São Paulo, Cortez, 2001.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. **Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. 10ª Edição. Petrópolis- Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno 12 – Documento Especial In Historia & Perspectivas nº. 5**. Uberlândia – U.F. Uberlândia, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. trad. Ernani F. da F. Rosa, v.3, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Penso Editora, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do Currículo**. 2ª Edição. Belo horizonte, Autentica 2005.

YOUNG , Michael, F. D. **Recolher o conhecimento: do construtivismo social ao realismo social na sociologia da educação**. Londres: Routledge, 2007.

YOUNG, Michael F. D. **Conhecimento e currículo: do sócio- construtivismo ao realismo social na sociologia da educação**. Porto: Porto editora, 2010.



YOUNG, Michael F. D. **O currículo do futuro: da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado.** Campinas: Papyrus, 2000.